

BÁRBARA DE ALENCAR E MANUELA SÁENZ: DUAS MULHERES NAS INDEPENDÊNCIAS LATINO-AMERICANAS¹

Cláudia Luna

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Buscamos discutir aqui alguns tópicos referentes a duas figuras femininas de relevo no período das Independências: a brasileira Bárbara de Alencar e a equatoriana Manuela Sáenz. Examinando os livros de História percebemos que nenhuma das duas recebe o destaque merecido por sua participação nas lutas independentistas, embora tenham pago alto preço por sua atuação. Este trabalho se inseriu em pesquisa maior, que visou a cotejar, quando possível, o modo como cada personagem se auto-representou (quando isso ocorreu) e as representações que foram feitas sobre elas, em termos históricos ou artístico-literários, percebendo similitudes e diferenças.

Palavras-Chave: Literatura de autoria feminina; Independências; América Latina; Representação e autorrepresentação; Poder.

Introdução

No marco do processo de revisão histórica propiciado pelo bicentenário das Independências latino-americanas, ocorridas entre 1808 e 1825, urge revisitar o papel desempenhado pelas mulheres nesses eventos. Interessa-nos confrontar a participação da brasileira Bárbara de Alencar e da equatoriana Manuela Sáenz, injustamente esquecidas pela historiografia oficial. Seus nomes sobrevivem respectivamente vinculados a figuras masculinas: como mãe de Martiniano de Alencar e avó do romancista José de Alencar, no primeiro caso; como amante e "libertadora" de Simon Bolívar, no segundo. No entanto tiveram participação ativa no quadro político e cultural da época, atuando nas frentes de luta de modo decisivo. Através da análise de documentos de época e de obras contemporâneas, neste trabalho buscaremos confrontar autorrepresentação e representação destas mulheres nas independências, considerando seus ideais e o legado que deixaram.²

Bárbara Alencar – matriarca semilendária, heroína da liberdade e outros epítetos

De família abastada, Dona Bárbara de Alencar é uma das mulheres que resiste ao esquecimento, principalmente pela ação da cultura popular, sobrevivendo no imaginário regional do Nordeste brasileiro. Como assinalam Rachel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda, ao procurar uma versão nacional da mulher

¹ A primeira versão deste trabalho foi publicada nos Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura_ / V Seminário Internacional Mulher e Literatura, realizado na Universidade de Brasília.

² Este trabalho se insere no esforço coletivo de revisão da História realizado pela Comisión del Bicentenario, do CEMHAL, que integra pesquisadores de várias nacionalidades, sob direção de Sara Beatriz Guardia: www.mujeresbicentenario.com

européia do período vitoriano, lhes ocorrem figuras como Federalina de Lavras, Bárbara de Alencar ou Marica Macedo,

matriarcas semi-lendárias, proprietárias de terra e gado no interior do sertão, longe das pretensões fidalgas das Casas Grandes da zona açucareira. Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais. (HOLLANDA & QUEIROZ, 1990)

Nascida em 1760 na fazenda Caiçara, Bárbara de Alencar casa-se em 1782 e se estabelece com o marido na região do Crato, no Ceará. Em 1817 participam da ação revolucionária que ocorre no Nordeste, visando à emancipação em relação a Portugal. José Martiniano, um de seus filhos, então subdiácono em Olinda, integra-se ao grupo e se incumbem de levar a rebelião para a região do Cariri, onde dominava a família Alencar, gozando de imenso prestígio. Como comenta Luis Viana Filho (2008, p. 15)

chegou no fim de abril à fazenda Sítio Pau Seco, onde, já viúva imperava Bárbara de Alencar. Iniciou-se aí a conspiração, não havendo oposição de monta. José Martiniano exibiu as credenciais revolucionárias, obtendo a adesão de D. Bárbara, do tio Leonel, do irmão Tristão, e do padre Miguel Carlos (...) Foi solene a proclamação da República, no Crato. Em 3 de maio, após a missa, José Martiniano, feita, do púlpito, breve alocução, declarou instalado o novo regime.

A repressão ao movimento, porém, é feroz. Dez dias depois são presos, ela e seus filhos. Sofrem prisão em Fortaleza, Recife e Salvador. Em 1821 Bárbara receberá o perdão real e volta ao Crato, onde passa a lutar para reaver os bens que lhe haviam sido confiscados. Em 1824, ocorre a Confederação do Equador, da qual participará novamente a família Alencar, com o saldo de nove mortos. Com a abdicação de Pedro I, partidários da Restauração lideram revolução violenta no Nordeste e, temendo a violência que costumava rondar a família nos períodos de turbulência política, a matriarca abriga-se no Piauí, mas não resiste às agruras da viagem e morre, em 1833.

Autorrepresentação e representação de Bárbara de Alencar

Um de nossos objetivos, na pesquisa, foi encontrar material diretamente escrito por dona Bárbara de Alencar. Sabemos que era matriarca da família, que, viúva, participou dos movimentos e foi presa, junto com os filhos, na Revolução de 1817. Para tal, viajamos para a cidade do Crato, no interior da província do Ceará, região Nordeste do Brasil, travamos contato com os Alencar residentes nesta cidade, e pudemos conhecer a tetraneta de Bárbara, dona Domitila Alencar.

De lá, atravessamos a Chapada do Araripe, que faz divisa entre Ceará e Pernambuco. Nesta província, fomos ao distrito de Exu, mais precisamente à fazenda Caiçara, onde se situa o Museu Bárbara de Alencar, e visitamos seu acervo dirigido por Amparo Alencar, uma de suas descendentes. Ela nos confirmou a inexistência de qualquer documento escrito que pudesse ter sua

autoria atribuída a Bárbara.

Do movimento de 1817, segundo Luís Viana Filho (2008), não houve devassa porque os documentos foram queimados. Isso permitiu que o grupo fosse anistiado, após alguns anos de cárcere, mas privou os pesquisadores de importantes documentos históricos. Os textos que localizamos não portam assinatura. Por outro lado, dentro da biografia de Bárbara, narra-se que, na prisão, teria encaminhado o bilhete de pedido de socorro, escrito pelo filho, com seu próprio sangue, e o teria feito chegar às mãos do governador local. São várias histórias e versões, com que os pesquisadores se defrontam, e as fronteiras entre o real e o lendário se esfumam.

Mas o que aqui nos interessa é a questão teórica da atribuição de autoria. Diz-nos Dominique Maingueneau³, renomado especialista em Análise do Discurso, que o estatuto do autor se pode definir de diversas formas. Tanto se refere àquele que assina um texto como àquele que assume um texto como seu, como é o caso de chefes de Estado ante os discursos que lhe são preparados por seus assessores diretos, e à autoria coletiva, no caso de uma corporação ou entidade. Dentro dessa perspectiva, poderíamos considerar Bárbara de Alencar como “co-autora” de muitos destes documentos, se levamos em conta sua atuação reconhecida nestes eventos, referendada tanto pelo dado concreto da prisão política de que foi vítima, como pelo vasto eco que seu nome teve na história oral e popular do Nordeste, ou seja, a repercussão enorme que possui até hoje.

Ao mesmo tempo, em sua história podemos perceber traços semelhantes aos de muitas das “heroínas” da independência, ou seja, o abdicar da autoria em benefício de seus filhos. A respeito, escrevem Raquel de Queiroz e Heloisa Buarque de Hollanda:

Republicana em tempos de monarquia, não só deu completo apoio ao filho, o padre Alencar, (pai do romancista José de Alencar), emissário da revolução pernambucana de 17, responsável pela sua deflagração no Ceará; **ela também assumiu o comando do movimento**, deixando a liderança apenas para que seu filho, José Martiniano de Alencar, subisse no púlpito em frente à igreja e proclamasse a República na região, a República do Jasmim, nome de uma propriedade sua. **Bárbara se viu impossibilitada de fazer a proclamação ela mesma. Não era atitude própria de uma senhora dona.**

Em suma, considerando a repercussão de seus feitos na região nordeste do Brasil, pode-se cogitar sua participação na elaboração dos documentos que o grupo divulgou, em 1817.

Se, até o momento, não foi encontrado nenhum material escrito pelas mãos de Bárbara de Alencar, em que se possa analisar sua autorrepresentação, por outro lado, sua efígie foi construída e sua figura reivindicada em diversas instâncias, tanto da cultura letrada como da cultura popular, em dimensões

³ MAINGUENEAU, Dominique. *O que é um autor?* Conferência apresentada na Faculdade de Letras da UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2009.

políticas e sociológicas que vale analisar, lindando as fronteiras entre o histórico e o lendário.

O caso emblemático, a esse respeito, é o da atribuição do local de sua prisão em Fortaleza, questionada pelos historiadores, mas que se tornará ponto turístico na cidade. Dará nome a ruas, escolas, prêmios, centros culturais, como costuma acontecer com as figuras históricas na América Latina.

Será objeto de representações discursivas, como o *Romancero de dona Bárbara Alencar*, ou pictóricas. Dentre estas últimas destacados dois "Retratos de Bárbara de Alencar", ambos imaginários. O primeiro, óleo do artista plástico Ernani Pereira, produzido dentro da técnica realista do retrato histórico, se utiliza das descrições orais que atravessaram as gerações para imortalizá-la. A imagem se popularizou, pode ser encontrada facilmente na internet e estampa um selo produzido pelos Correios Brasileiros, sem menção ao autor, merecendo recriações e variantes. Nele aparece vetusta e austera, com os cabelos negros presos em trança sobre a cabeça, traços sérios de uma autêntica matrona, olhar inquiridor, sobrecenho franzido, deixando patente o olhar determinado e o sofrimento por que passou. Consideramos que a masculinização da figura se associa ao próprio padrão de comportamentos, atitudes e posturas das "coronelas" de então, conforme podemos cotejar através do relato feito pelo viajante Walsh:

Como um homem e o menor constrangimento, tomou um copo de cachaça na venda para se proteger do ar frio da serra, tornou a montar, examinou as pistolas para ver se estavam em ordem caso surgisse algum imprevisto e partiu de novo, responsável por si mesma. Tipos assim são muito comuns no país. As mulheres dos fazendeiros ficam viúvas com muita frequência e acabam por aprender a dirigir as fazendas e os escravos, **assumindo, em todos os aspectos, as atitudes e posturas dos falecidos maridos.** (WALSH, 1985, p. 31)

O quadro de Oscar Araripe⁴, por sua vez, constitui uma recriação livre de Bárbara Alencar, à qual o pintor sobrepõe uma série de personagens históricas e míticas, mas principalmente em que se destaca a associação simbólica com santa Bárbara e ao mesmo tempo com Iansã, em referência ao sincretismo religioso brasileiro entre as matrizes católica e africana. Não esqueçamos que no período colonial, como forma de resistência, as populações escravas associarão a figura da santa a uma de suas principais entidades, como forma de manter seus cultos em segurança.

Dentro da mesma linha, em 2010 Bárbara será tema de um grupo de Maracatu, nas festas de Carnaval em Fortaleza, estabelecendo a mesma ligação, de viés transculturador, entre a personagem histórica brasileira, a santa católica e a divindade africana. Mas isso já nos leva a outra discussão, que se refere à relação entre cultura popular e alta cultura na construção do imaginário brasileiro, o

⁴ "Bárbara de Alencar", por Oscar Araripe. Acrílico sobre tela sintética; 1.10m x 1.20 m, 2004. Disponível em www.barbaradealencar.org.br e www.oscarararipe.com.br.

entrecruzamento de culturas e a reivindicação de heroínas brasileiras.

Manuela Saenz – epistolário e construção do sujeito

Na América Hispânica, por sua vez, o processo de libertação, de perfil claramente bélico, exigiu que nele se engajassem todos os integrantes da sociedade, de diferentes classes e raças, unindo homens e mulheres no campo de batalha. De algumas delas nos chegaram registros, através do epistolário, que vem sendo redescoberto graças ao labor de pesquisadores. Nesse caso se encontram as cartas de Manuela Saenz, a brava equatoriana que luta ao lado de Simón Bolívar, participando de alguns dos mais famosos episódios da história da libertação do continente. Como destacam Arambel-Guiñazú y Martin (2001, p. 16), referindo-se à escrita de mulheres, no século XIX, “o gênero autobiográfico tem grande importância no processo que começa, pois constitui uma das primeiras formas de autorrepresentação”.

Através da correspondência era possível ter acesso a “um meio privado apto para a transmissão tanto de notícias públicas como de segredos íntimos”. Neste processo o eu se constrói dentro de um processo de autorrepresentação; na verdade, o ato da escritura epistolar encerra em si a promessa de revelação da intimidade cuja privacidade é transgredida pelo ato da leitura” (ibidem, p. 20).

No epistolário amoroso do século XIX se cria uma *persona* a serviço do jogo de sedução, onde o sujeito amante buscar cativar o objeto amado e ausente, num jogo erótico que, como Barthes já havia estudado, se dá segundo pautas típicas do discurso amoroso, dentro de um repertório que inclui melancolia, angústia, dúvida, loucura, culpa, espera, recordações e gozos. Nas cartas de Saenz a Bolívar se encontram todos estes elementos. No jogo de sedução, roga ao amado por sua proteção e cuidado. E pergunta, em carta de maio de 1825: “por que me deixou enamorada, com a alma em pedaços? O senhor diz que o amor nos libera. Sim, mas juntos. Isso foi comprovado na batalha de Junin; do contrário, me sinto encarcerada em meu desassossego.”

É importante destacar, no fragmento, a oposição entre a presumível fragilidade da mulher que busca segurança no corpo do amado e aquela que não hesita em enfrentar o campo de batalha, no caso de Junin, de agosto de 1824, em que vencem os exércitos reais. Tal oposição nos leva às heroínas românticas, se trataria de uma estratégia que reafirma a submissão da mulher ao amado, no domínio privado, enquanto se insinua a paridade na vida pública, no momento da luta?

O paradoxo ultrapassa as fronteiras das cartas e se insere no jogo permanente de busca da autonomia, negociando espaços no universo de valores patriarcais que as subordina, mas a elas recorre nos momentos de luta. Por isso, talvez o melhor termo para caracterizá-la seja o da paixão revolucionária, onde se esfumam as fronteiras entre público e privado, e se advoga por uma sociedade nova, onde papéis e espaços se possam reorganizar. Ou seja, trata-se de lutar contra o domínio espanhol, no campo político, e contra o correspondente modelo patriarcal com que se organizou a sociedade colonial.

Em suas cartas se percebe uma estratégia persuasiva muito sutil, unindo público e privado, ou seja, as missivas tratam de assuntos públicos, políticos, mas à maneira de uma espiã, o que pressupõe a manutenção do segredo. Em muitas delas se mostra como articuladora política que, de modo arguto, decifra as intenções dos opositores. O importante a destacar é que ela se coloca no papel de coadjuvante na luta, como se sua história não tivesse tanto relevo e fosse sobrepujada pela paixão amorosa.

Em carta de fevereiro de 1827 conta como resistiu à sublevação de Bustamante: “apareci vestida com uniforme militar no quartel dos insurgentes e armada com duas pistolas para amedrontá-los e libertar Heres”. Fracassado o intento é presa e mantida incomunicável, mas assegura: “não se preocupe por mim, perceba que sirvo até para armar escândalos a seu favor”. Se invertemos os termos da equação talvez se possa ler seu idílio com Bolívar como a paixão por um ideal, por uma figura que encarnaria seus anelos mais profundos, ou seja, a raiz do amor estaria na paixão pelo heróico. Observe-se que por ele deixa o marido, James Thorne. É inextricável a vinculação erótico-política, a luta política e a travada pela afirmação do desejo.

Sua história inclui prisões, perseguição tortura, cárcere privado, exílio, confisco de bens. Mas segue nos livros de história somente como apêndice de Bolívar. Narra o historiador Jorge Salvador Lara (1994, p. 356): “covardemente a esbofeteiam, insultam, cospem, sob golpes é obrigada a prostrar-se, talvez para matá-la ali mesmo, mas preferem cobri-la de pontapés, golpes de fuzil e impropérios”. Por reconhecimento, Bolívar a premia com “o título com que passou à recordação agradecida da história, dizendo estas palavras: ‘És a libertadora do libertador’” (ibidem, p. 356).

Libertadora do Libertador, anjo da guarda, mãe dos heróis da pátria, representação alegórica da liberdade ou da justiça, a figura feminina no marco da história oficial, na transição do século XVIII ao XIX, surge indelevelmente vinculada ao papel que costuma desempenhar junto ao homem, no âmbito privado: amante, esposa, mãe, sempre unida a uma figura masculina que em determinadas circunstâncias necessita de seu auxílio. Mas depois, discretamente, sai de cena.

Duas heroínas – semelhanças e contrastes

No cotejo entre a trajetória destas duas personagens históricas podemos observar alguns aspectos, como a masculinização da figura feminina. No caso de Manuela Saenz, vinculado ao papel destacado que tiveram as mulheres no campo de batalha, nos diversos países, muitas vezes trajadas e retratadas como soldados. No caso de Bárbara Alencar, ao matriarcado, ou seja, as viúvas que assumem o comando de suas fazendas e, em seu caso, que atuam no campo político.

Há um jogo curioso de revelação e encobrimento. No caso de Saenz, há o processo de apagamento de sua importância no campo político como estrategista e militante, que começa por suas próprias mãos, ao colocar-se como coadjuvante de Bolívar, nas cartas; e pela posteridade, que a conhece a partir do batismo que

este lhe confere de Libertadora do Libertador. No caso de Bárbara se associa à figura da mártir, da mãe extremada, da mulher aprisionada, que sofre vexames e punição inclemente, mas se mantém fiel a seus ideais.

Ambas praticamente desapareceram da historiografia oficial. Como já disse, Manuela Sáenz surge sempre atrelada à figura de Bolívar, como um capítulo à parte. Quanto a Bárbara de Alencar, é mencionada em pouquíssimos textos referentes às revoluções de 1817 e de 1824. No seu caso, o destaque maior será para o filho Martiniano de Alencar.

Até onde pude pesquisar, enquanto a figura de Bolívar se presta a uma representação culta e popular de amplíssimo espectro, o mesmo não sucede com Manuela Saenz. Já quanto a Bárbara de Alencar, alcançou um destaque muito grande no campo do imaginário popular, nos cancioneiros, na música popular, no cordel, no maracatu, em suma, em diversas formas de representação oral, como espécie de compensação pela omissão da historiografia.

De todas as formas, o que ressalta da pesquisa é o quanto ainda há para se buscar, de forma a reconstituir pelo menos minimamente o efetivo papel desempenhado pelas mulheres nos processos de independência na América Latina.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ SAÁ, Carlos (ed.). *Manuela: Sus diarios perdidos y otros papeles*, Imprenta Mariscal, Quito, 1995. (consulta a través del sitio www.genderlatam.org.uk, en julio de 2009)

ARAMBEL-GUIÑAZÚ, María Cristina – MARTIN, Claire Emilie. *Las mujeres toman la palabra*. Escritura femenina del siglo XIX en Hispanoamérica. Vol. I. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2001.

_____(comp.). *Las mujeres toman la palabra*. Escritura femenina del siglo XIX en Hispanoamérica. Vol. II – Antología. Madrid/ Frankfurt: Iberoamericana/ Vervuert, 2001.

CASTRO, Moacir Werneck de. *O Libertador*. A vida de Simón Bolívar. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

HOLLANDA, Heloísa Buarque & Queiroz, Rachel. Matriarcas do Ceará. Rio de Janeiro: *Papéis Avulsos, UFRJ*, n. 24, 1990.

LUNA, Claudia. La pluma y el laberinto: autobiografía y representación de Manuela Sáenz. In: GUARDIA, Sara. *Las mujeres en la independencia de América Latina*. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2010. p. 373-385.

_____. O fracasso do herói: a reescrita da história em *O General em seu labirinto*, In: *Literatura e diferença*. IV Congresso ABRALIC. Anais. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Bárbara de Alencar, de inimiga do rei a heroína nacional: percursos da imaginação histórica e modelos de representação literária. *Revista Mulheres e Literatura*. Vol. 15, 2. sem. 2015. Disponível em:

<https://litcult.net/2015/09/13/barbara-de-alencar-de-inimiga-do-rei-a-heroína-nacional-percursos-da-imaginacao-historica-e-modelos-de-representacao-literaria-claudia-luna/>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência*. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: UFC, Governo do Estado do Ceará, 2010.

SALCEDO-BASTARDO, J. L. *Visão e revisão de Bolívar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

SALVADOR LARA, Jorge. *Breve historia contemporánea del Ecuador*. México: FCE, 1994.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: EDUFBA, 2008.

WALSH, R. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.